

A P R E S E N T A Ç Ã O

A presente monografia é resultado de uma pesquisa feita pelas alunas concluintes do curso de Pedagogia - Supervisão Escolar - Campus V/UFPB, dos períodos 92.1 e 93.1. Essa pesquisa nos possibilita a realização de uma proposta de ação pedagógica acerca de Currículo e Planejamento.

O tema em apreço é "Planejamento Curricular: Uma proposta de estudo com os Supervisores Educacionais das cidades de Sousa e Cajazeiras". Este tema surgiu da necessidade que o supervisor tem de um aprofundamento teórico e de implementar novos conhecimentos metodológicos frente a realidade em que se encontram os supervisores das Regiões de Ensino das cidades de Cajazeiras e Sousa, respectivamente, 9ª e 10ª Regiões de Ensino.

A referida pesquisa acima citada, configurou a ação supervisora e indicou pontos que podem ser objeto de um plano de intervenção na busca conjunta de superação de alguns dos inúmeros problemas que vêm atingindo a educação e que podem ser trabalhados pelo supervisor escolar.

Os problemas mais transparentes que ocorrem no trabalho desses supervisores que foram entrevistados é de exercer múltiplas funções (desvio de função), fazendo com que a função supervisora fique comprometida. A forma como é trabalhada a proposta curricular, que é considerado a base do sistema de ensino. Portanto, se constata que ainda não há uma forma de planejamento curricular das regiões em estudo.

Percebe-se no decorrer do trabalho que essas escolas estão tentando passar de uma prática conservadora para uma prática progressista, mas que tem sido um trabalho difícil, pois são inúmeros os obstáculos por vencer, visto que a escola conservadora está ligada a uma organização e dentro dela o que determina o que será realizado não é o educador, mas outros órgãos da hierarquia da administração educacional. E isso ocorre exatamente porque a organização escolar é racionalizada e é também parte da lógica do capital.

A organização escolar estruturada sobre a lógica do controle de uma minoria sobre uma maioria é geradora de conflitos em que professores se opõem a supervisores, diretores, secretários, conselhos, ministérios, enfim, assiste-se à luta de todos entre si.

O que tem ocorrido frequentemente nos municípios supra citados é uma visão ingênua de currículo e ensino que não tem levado em conta algumas questões de relevante importância para um bom planejamento curricular, como por exemplo: Procurar saber o que é currículo e ensino na nossa escola inserida numa sociedade capitalista. Como também a falta de reflexão sobre esse aspecto que tem feito com que o currículo e o ensino sejam trabalhados de maneira abstrata e divorciadas da realidade socio-econômica e política da clientela atendida pelas mesmas.

Não há uma preocupação por parte dos que implementam os currículos, de colocar o aluno como o sujeito do conhecimento. Por isso, os conhecimentos transmitidos são concepções abstratas, autônomas, independentes, tidos como conhecimento universal. O ensino das diferentes disciplinas resume-se em dar o programa.

"A Supervisão Educacional surgiu como forma de garantir a "eficiência" do ensino-aprendizagem o que seria ideologicamente uma forma de assegurar a hegemonia da classe dominante, impedindo a implantação do comunismo". (Marta Guanaes)

De acordo com essa idéia pode-se perceber que a ação reprodutora que marcou a caminhada da Supervisão Educacional, deve-se ao fato de que tem suas origens baseadas em modelos empresariais, consolidado numa prática extremamente burocratizada.

Apesar da supervisão até hoje ter sido motivo de críticas e questionamentos, principalmente com relação às teorias, que lhe dão suporte, não se pode negar a caminhada em busca de transformação que a categoria dos supervisores tem deslanchado, tanto na questão como na própria prática.

A dimensão político pedagógica do supervisor permitiu que esse, repensasse a sua prática através de uma tomada de consciência frente a política e da organização da categoria através das associações e encontros.

A partir dessas mudanças vai se criando na educação um profissional mais politizado, que seja capaz de intervir nos destinos da sociedade civil na luta por uma escola de qualidade.

Na concepção de alguns autores a ação supervisora é bem aceita, especialmente quando o trabalho é feito com compromisso, e dar margens a uma transformação social.

Podemos constatar isso no seguinte pensamento:

"A Supervisão existe para tornar possível e desenvolver harmonioso esse processo". (Falcão, 1983)

Entretanto, a prática da supervisão requer do supervisor uma constante avaliação crítica do seu próprio desempenho, de um esforço contínuo no intuito de desmistificar a opinião de alguns críticos que procuram provar a ineficiência dessa função.

Nesse prisma há uma intenção, através deste estudo criar oportunidade para a evolução dos conhecimentos inerentes a ação da supervisão, que de alguma forma se tenta identificar com as origens de democratização e transformação para uma sociedade civil libertadora através do processo educativo em ação.

2. MARCO TEÓRICO

MARCO TEÓRICO

Dentre vários descasos que acontecem no sistema educacional brasileiro, podemos apresentar em evidência a questão da implantação do currículo nas instituições escolares. Em virtude desse fato, surge a idéia de que, apesar de legalmente instituído, não é visto nas nossas escolas.

Ante tal realidade, e considerando as observações das entrevistas feita pelas alunas concluintes do curso de pedagogia dos períodos 92.1 e 93.1, implica dizer que toda e qualquer unidade escolar, deve dispor de um currículo que seja elaborado dentro da vivência do educando, levando em consideração os aspectos socio-econômicos e políticos da clientela a ser atendida.

Embora acentue corretamente que as escolas não são fatores determinantes da transformação social, convém lembrar que elas necessariamente estão empenhadas em enfatizar a prática dessa teoria que diz que o currículo é peça fundamental no processo educacional e que teve suas origens nos Estados Unidos, sendo implantado no Brasil na década de 20, dentro do modelo técnico-linear, com características do currículo americano e tendências tecnicistas. Este paradigma de currículo técnico-linear é o que evidencia até os nossos dias a educação brasileira.

A característica básica deste paradigma é a ênfase em objetivos, estratégias, controle e avaliação, ou seja, a preocupação com a definição dos elementos e variáveis relevantes envolvidas no currículo e com a criação de um sistema de tomada de decisões para o desenvolvimento curricular.

O ensino é centrado no professor, só ele é dono do saber. O aluno é um ser passivo, limita-se a decorar os conteúdos, sem fazer reflexão.

Embora dizendo que o currículo característico do paradigma consensual centra-se nos alunos e em suas necessidades manifestas ou latentes, o que para Macdonald corresponde no modelo dialógico, o que implica dizer que se tende a limitar o paradigma consensual e seu interesse ao dinâmico dialógico. Uma vez que o mesmo não encontra respaldo em nada, de forma que nesse paradigma o currículo é desorganizado e desvinculado da realidade de sua clientela.

Já no paradigma dinâmico dialógico, se trabalha com a organização do currículo sob a modernização para se formar um quadro de referência político-pedagógico mais amplo. Vale dizer que neste, se envolve todos os aspectos essenciais, inclusive o aluno para se organizar um currículo, com o interesse de fazer uma educação transformadora e essencialmente política, mesmo que ela se apresente da forma técnica, está cumprindo basicamente uma função política, porque sua ação implica no fazer com competência e no exercício de tomada de consciência crítica. E seus elementos estão nivelados concomitantemente à realidade do que se deseja alcançar.

Neste sentido, pode-se dizer que este paradigma está contextualizado nas tendências de hoje e faz parte da pedagogia progressista. Por essa razão, se aplica o conhecimento, a consciência crítica e a socialização do saber indispensáveis para a transformação social.

2.1 CONCEPÇÃO SOCIOLÓGICA DE
CURRÍCULO

CONCEPÇÃO SOCIOLÓGICA DE CURRÍCULO

"A concepção de currículo trazia na sua idéia original a necessidade de ser construído pela escola um instrumento que a guiasse na sua obra de educar, envolvendo desde o equipamento como o prédio, a didática, professores, administradores, atividades de ensino, de aprendizagem e de avaliação, até os recursos da comunidade". (Joel Martins)

Na visão de Joel Martins, no livro "Um Enfoque Fenomenológico do Currículo. Educação como Poiesis, percebe-se que a nível de proposta curricular, trata-se de uma proposta dentro do aspecto sociológico. Isso fica bem claro quando o autor menciona o envolvimento dos recursos da comunidade.

Este modelo de currículo do qual se refere, é aquele que é tido como o pivo do processo. É que cada seguimento está envolvido, e que o educando é sujeito ativo, consciente de suas transformações dentro da comunidade em que está inscrito.

Pretende-se, no entanto, formar um indivíduo consciente e apto para conviver na sociedade que lhe é imposta, não deixando de analisá-lo, de estudar em sua totalidade. Necessariamente para se planejar um currículo nessa concepção, requer um conhecimento prévio dos aspectos sociais, ou melhor, devemos levar em consideração a sociedade em que a escola está inserida, portanto, podemos afirmar que o processo educacional deve conter os elementos dessa sociedade.

2.2 CONCEPÇÃO PSICOLÓGICA DE
CURRÍCULO

CONCEPÇÃO PSICOLÓGICA DE CURRÍCULO

"Ao buscarmos a compreensão do que acontece com uma criança, quando estamos analisando seja seus conhecimentos ou suas crenças, precisamos primeiro admitir a existência de uma unidade e continuidade nas ações que acham nele fundamentadas."

(Joel Martins, 1992, p. 49)

Tomando essa idéia como pressuposto, podemos dizer que quando se vai elaborar um planejamento curricular, devemos levar em conta os conhecimentos ou crenças já trazidos pela criança antes dela pertencer a Unidade Escolar. É válido salientar que dentro da visão psicológica os conteúdos são programados de forma a dar continuidade o que já se traz na sua consciência.

Joel afirma que "o desenvolvimento da consciência de um indivíduo exige uma visão fundamentada na autoconsciência, na unidade e continuidade de sua ação". Portanto, a escola como instituição educacional é responsável pelo desenvolvimento desses conhecimentos que serão relacionados também com outros aspectos que serão adquiridos no grupo que a criança está convivendo, porque muito dos seus conhecimentos serão adquiridos em conjunto.

O grupo social no qual o aluno está inserido, constitui um aspecto importante no desenvolvimento das atividades do processo educacional.

Uma das funções importantes dessa interação é o tipo de indivíduo que se forma a partir de mudanças de comportamento, ou seja, de aprendizagem criadora e com propósito caracteristicamente humano.

Portanto, o educador compreende que a aprendizagem humana tem um sentido de forma que os educandos podem descobrir relações, significados e um potencial naquilo que está sendo aprendido.

2.3 CONCEPÇÃO FILOSÓFICA DE
CURRÍCULO

CONCEPÇÃO FILOSÓFICA DE CURRÍCULO

..."currículo é a própria vida do indivíduo numa situação de mundo - o mundo da educação, lugar onde estão localizadas a escola, a comunidade, a natureza, as coisas dentro da natureza mesma. Tudo isso dentro de sua concepção de consciência de... e da atribuição de significados por essa consciência. Constitui-se na produção de conhecimentos a partir do do experienciado, isto é, do mundo vivido pelo sujeito, considerado como ser transformador". (Joel Martins, p. 88)

Conforme essa concepção de currículo defendida por Joel, podemos dizer que o tipo de proposta da qual ele se refere é de natureza filosófica, uma vez que a mesma atribui ao próprio sujeito do processo, isto é, ao educando, formular o seu conhecimento através de experiências vivenciadas por eles mesmos, podendo no entanto, serem capazes de conceber um conhecimento transformado por eles dentro de um modelo de escola progressista, que tem a finalidade de criar consciência crítica frente a realidade educacional vivida pelos mesmos.

2.4 CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

Uma das várias definições de planejamento segundo Gandim é: "Planejar é dar clareza e precisão à própria ação".

Tomando esta definição como pressuposto, podemos afirmar que é muito importante a tarefa de planejar, desde que seja realizada com clareza e precisão e que esteja dentro da realidade de que se vai atender.

É necessário planejar aquilo que queremos alcançar, pois quando planejamos temos em vista a ação, isto é, temos consciência de que a função de planejar é tornar viável a execução de que se pretende realizar no plano.

Entretanto, no planejamento organizamos idéias e objetivos dentro da realidade acompanhada de estratégias, recursos e avaliação.

O planejamento deve ser elaborado por quem vai realizar a ação, e planejado de forma realista, contendo na sua essência as atividades de acordo com a vivência de educando, envolvendo os aspectos socio-econômicos, psicológicos e culturais dos mesmos, as quais possam facilitar o trabalho do educador. Pois como diz Gandim "Um plano é bom quando contém em si a força que o faz entrar em execução. Ele deve ser tal que seja mais fácil executá-lo do que deixá-lo na gaveta".

2.5 ASPECTO LEGAL DE CURRÍCULO

ASPECTO LEGAL DE CURRÍCULO

Conforme a Lei 4.024/61, e de acordo com os seguintes artigos po demos conhecer, juridicamente falando, como é determinado o planejamento curricular:

Art. 4º É direito de todos, a transmissão de seus conhecimentos.

Art. 5º São assegurados aos estabelecimentos de ensino público e particulares legalmente autorizados, adequada representação nos Conselhos Estaduais de Educação, e reconhecimento para todos os fins dos estudos neles realizados.

Art. 9º Ao Conselho Federal de Educação compete: Indicar disciplina de ensino médio (art. 35 § 1º) e estabelecer a duração e o currículo mínimo dos cursos de ensino superior, conforme o disposto no art 70.

Art. 12 Os sistemas de ensino atenderão à variedade dos cursos , à flexibilidade dos currículos e à articulação dos graus e ramos.

Pelo exposto na Lei 4.024/61, e de acordo com os artigos citados pela Lei, é viável declarar que a mesma permite a todos, o direito de transmitir os seus conhecimentos adquiridos. Desde que seja assegurado e estabelecido pelo conselho, esta transmissão poderá ser realizada.

As disciplinas serão selecionadas pelo Conselho Estadual de Educação, e serão obrigatórias a qualquer ensino, seja ele público ou privado.

A duração e a variedade dos cursos de ensino superior são também estabelecidos pelo Conselho Estadual de Educação.

Neste sentido, se faz necessário ressaltar o distanciamento da realidade a ser trabalhada, vemos então, um planejamento curricular desorganizado e dissociado do meio social da clientela que se vai atender.

A Lei 5.692/71 Determinada pelo art. 4º que o planejamento curricular deve conter um núcleo comum para o 1º e 2º graus, e que é obrigatório nacionalmente, e uma parte diversificada afin de atender as necessidades e possibilidades do educando, levando em consideração o meio social em

que os mesmos estão inseridos.

No § 1º podemos observar a definição dos conteúdos curriculares:

I - O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias correspondentes ao núcleo comum, acompanhado dos objetivos.

II - Os Conselhos de Educação enviam para os respectivos sistemas de ensino uma relação de matérias para que a instituição escolha as que poderão constituir a parte diversificada ao currículo.

III - Sendo aprovado pelo Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir matérias que não estejam na relação anteriormente citada.

§ 2º No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á uma ênfase toda especial ao estudo da Língua Portuguesa, que é tida como um meio de comunicação eficiente para a cultura brasileira.

§ 3º O Conselho Federal de Educação fixa além das matérias do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional, quando se referir ao ensino de 2º grau ao curso profissionalizante.

§ 4º Desde que seja aprovado pelo Conselho Federal de Educação, os estabelecimentos poderão oferecer outras habilitações profissionais, as quais não estabeleçam o currículo mínimo. O órgão assegura um âmbito nacional.

Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento colocando em ordem e na sequência, está constituído o currículo de cada escola.

§ 1º Para cada sistema de ensino o currículo pleno será dividido em duas especialidades, uma de formação geral e outra de formação especial, referentes ao 1º e 2º graus respectivamente.

§ 2º Refere-se a formação especial de currículo.

Esta parte tem o objetivo de fazer a sondagem das aptidões dos educandos nas séries secundárias (1º grau) e de habilitação profissional (2º grau).

Art. 8º A organização do currículo será estabelecida de forma a permitir ao estabelecimento, meios de selecionar as disciplinas, possibilitando a inclusão de aptidões que atendam as individualidades dos educandos, no ensino de 2º grau, ensejem variedade de habilitações.

Mediante o que foi citado nos artigos da Lei 5.692/71, podemos verificar que esta lei aborda um planejamento curricular constituído de um núcleo comum obrigatório nacionalmente, e de uma parte diversificada com a finalidade de atender as necessidades e possibilidades concretas referentes ao meio social, a realidade das escolas e as diferenças individuais de cada aluno.

A L.D.B. propõe reformas bastantes significativas para o processo educacional brasileiro, no que se refere ao planejamento curricular.

Os currículos do ensino fundamental e médio, exige que o aluno estude a língua portuguesa e estrangeira e matemática, que tenha o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, referentes ao Brasil.

Os planejamentos curriculares seriam elaborados por cada instituição de ensino, com os conteúdos e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos. No caso dos alunos da zona rural, deverá o estabelecimento organizar um calendário escolar próprio, adequado às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas.

Os currículos da educação deverão levar em consideração o grau de desenvolvimento da criança, a diversidade social e cultural das populações infantis, e os conhecimentos que se pretendam universalizar.

3. MARCO OPERACIONAL

M A R C O O P E R A C I O N A L

Marco Operacional é o que poderíamos chamar de uma ação metodológica, uma vez que nele está a organização, modo de ser e a metodologia a ser aplicada.

Em suma, neste marco contém a descrição do tipo de trabalho que se vai realizar dentro das delimitações projetadas no marco doutrinal.

Na visão de Gandin "o marco operativo se situa no nível dos meios".

Portanto, ao se elaborar um marco operativo numa instituição, não exige de quem elabora a necessidade de listar conteúdos, mas de selecioná-los com consciência, para não prejudicar a aquisição do conhecimento integral do aluno, visto que esse marco tem a função de propor ou organizar na escola um determinado tipo de educação, melhor dizendo, uma linha pedagógica de trabalho.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise das entrevistas realizadas pelas alunas concluintes do Curso de Pedagogia - Supervisão Escolar - Campus V/UEFS, dos períodos 92.1 e 93.1, podemos verificar como se encontra a situação dos supervisores das Regiões de Ensino em estudo, ou seja, 9ª e 10ª Regiões. Pois os fatos dados e as conclusões se referem a realidade em que os mesmos vivenciam. É possível e até desejável que o quadro atual, ora apresentado, já tenha sofrido alterações em razão do próprio processo de caminhar.

Como preocupação básica, este trabalho, buscou subsídios para se preparar uma proposta de estudo com os Supervisores Educacionais, se pautou por uma reflexão onde os erros acerca da prática possam resultar uma maior compreensão, no desenvolvimento e planejamento dos estudos a serem realizados a partir dessa proposta. Proposta esta que permita melhor atuação e crescimento desses profissionais.

Desse modo, a análise pretendeu avaliar a prática do supervisor vivida nessas Regiões de Ensino.

E ao analisar esta prática, obteve-se o seguinte resultado: que esses supervisores vivenciam uma prática conservadora. Contraditoriamente, a vivência desta prática como tal, tem possibilitado a deficiência do ensino nessas cidades, e a descoberta de que não é esta a indicada.

Precisa-se de uma tomada de consciência e posição frente a essa realidade, ora citada, e a criação de novos métodos de trabalho, pensando em formar um educador comprometido com a transformação social vigente, requer a necessidade de se vivenciar uma prática progressista.

Sabemos, no entanto, que este estudo será de grande valia, e contribuirá para a elaboração de seminários, reuniões, cursos, enfim todos os meios que possibilitem um novo conhecimento e uma nova prática educacional.

5 - ANEXOS

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DO MARCO
OPERACIONAL

UFPB/CFP/CACTUS V - CAJAZEIRAS PB

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO: PEDAGOGIA

ORIENTADORA: MARIA ALVES DE SOUZA LIMA

ALUNA: MARIA ELZIMAR PINHEIRO

PROGRAMAÇÃO

Tema: "Currículo e Planejamento"

Objetivos:

. Objetivo Geral:

- Realizar cursos de aperfeiçoamento sobre currículo e planejamento, com os supervisores de Cajazeiras e Sousa.

. Objetivos Específicos:

- Estudar currículo e planejamento com os supervisores de Cajazeiras e Sousa, numa visão crítica da realidade;
- Desenvolver uma proposta curricular para trabalhar nas escolas públicas.

Conteúdos:

Estudar em currículo e planejamento:

- . origem;
- . concepção;
- . conceituação;
- . elaboração.

Orientação Metodológica:

- . estudo referente ao tema;
- . pesquisas;
- . seminários;
- . palestras;
- . realização de aula expositiva dialogada;
- . entrevistas.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Período do Curso: 18 a 30/04/94

| Datas | Atividades |
|-------------------|---|
| 18/04/94 | Leituras referentes ao tema "Planejamento e Currículo". |
| 19/04/94 | Aula expositiva dialogada sobre a origem de currículo e planejamento no Brasil. |
| 20/04/94 | Pesquisa bibliográfica sobre as concepções de currículo e planejamento. |
| 22/04/94 | Seminário para discutir as concepções de currículo e planejamento. |
| 25/04/94 | Estudar os conceitos de currículo e planejamento. |
| 26/04/94 | Entrevista com um educador. |
| 27 a 30/04/94 | Elaboração. |
| Total: 10 dias | |

AVALIAÇÃO

"Sendo a avaliação um processo contínuo de pesquisa que visa interpretar os conhecimentos, habilidades e atividades dos alunos", sabendo que todo e qualquer trabalho requer de quem executa, uma avaliação e que para se avaliar é necessário usar técnicas e instrumentos.

Com base nesse conceito, podemos identificar o tipo de avaliação para os futuros cursos que serão realizados pelas alunas da UFPB - Campus V, do curso de pedagogia.

Durante a realização do curso, poderá ser feita uma avaliação contínua, observando o desempenho e a participação dos cursistas no decorrer do processo.

No final do curso poderá ser realizada uma avaliação prática, envolvendo situações problemas, detectados no decorrer do curso, baseados na realidade educacional de cada estabelecimento a ser trabalhado.

ANEXO II - ANTE-PROJETO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO: PEDAGOGIA
PERÍODO: 93.2

Planejamento Curricular: Uma proposta de estudo com os Su-
pervisores Educacionais de Sousa e Cajazeiras.

Elaborado por: Turma de
Pedagogia VII - 93.2

Cajazeiras PB, 12 de novembro de 1993.

INTRODUÇÃO

O tema deste estudo é "Planejamento Curricular: Uma proposta de estudo com os Supervisores Educacionais das cidades de Sousa e Cajazeiras".

Pretende-se, neste trabalho, realizar uma pesquisa bibliográfica acerca de Currículo e Planejamento com o intuito de aprofundar os conhecimentos sobre o assunto, para daí, tentar montar uma proposta de ação pedagógica para ser discutida com os supervisores que atuam nas Secretarias Municipais de Sousa e Cajazeiras e 9ª e 10ª Regiões de Ensino da Paraíba.

A escolha do tema deu-se em consequência do resultado de uma pesquisa realizada por alunos concluintes do curso de pedagogia - Supervisão Escolar, dos períodos, 92.1 e 93.1. A referida pesquisa realizada com os supervisores acima citados, configurou a ação supervisora e indicou pontos que podem ser objeto de um plano de intervenção na busca coletiva de superação de alguns problemas que atingem a educação e que podem ser trabalhados com os supervisores.

Entende-se que este estudo será de muita relevância por nos proporcionar uma maior fundamentação teórica sobre o assunto e por contribuir com o trabalho de supervisão.

Sabe-se que a educação ao longo de sua história, tem sofrido influências político-econômico-ideológicas para satisfazer aos interesses da classe que detêm o poder.

Com efeito, com a supervisão também não foi diferente. Sua criação, com o objetivo de satisfazer tais interesses, desenvolveu durante muito tempo uma prática voltada para os aspectos técnico-burocráticos em que o controle era a principal estratégia, assegurando assim, o papel reprodutor da sociedade capitalista brasileira.

Sendo assim, fica fácil entender que a supervisão a nível local também tem seguido o caminho de reprodutora do sistema.

Tal afirmação pode ser confirmada nas monografias citadas anteriormente, onde demonstra através de suas pesquisas que os supervisores entrevistados declaram exercer múltiplas funções, tendo o trabalho de supervisão um caráter fiscalizador.

A referida pesquisa aponta inúmeros outros problemas existentes na prática cotidiana do supervisor, tais como a forma como é trabalhada a proposta curricular no âmbito das escolas e a própria sistematização do planejamento curricular.

Tendo em vista as dificuldades apresentadas na pesquisa e considerando que o currículo é a base vital de todo o trabalho escolar, surge a necessidade de realizar um embasamento teórico sobre o tema em questão.

O propósito deste estudo é o aprofundamento teórico, com vistas a elaborar uma proposta de ação pedagógica que possa intervir na realidade concreta e objetiva de onde originou-se a pesquisa.

Torna-se evidente, a necessidade do referido aprofundamento, haja vista o embasamento teórico para nossa prática enquanto profissionais da supervisão, bem como a contribuição que poderá oferecer ao fazer pedagógico dos supervisores pesquisados.

OBJETIVO GERAL

- Realizar estudos acerca de currículo e planejamento para montagem de uma proposta de ação pedagógica junto aos supervisores de Sousa e Cajazeiras.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fazer um levantamento bibliográfico sobre Planejamento e Currículo.
- Realizar sessões de estudo para fundamentar-se teoricamente acerca de planejamento e currículo.
- Elaborar uma proposta de ação pedagógica sobre planejamento curricular para ser discutida com os supervisores de Sousa e Cajazeiras.

METODOLOGIA

A referida proposta de trabalho engloba as características de um estudo exploratório, cujo objetivo fundamental é aprofundar o conhecimento teórico sobre currículo e planejamento, com vistas a implementação de uma proposta de ação pedagógica para ser discutida com os supervisores de Sousa e Cajazeiras.

Envolve ainda este tipo de estudo, um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, o que nos dará o embasamento teórico necessário para montarmos a referida proposta.

6 - BIBLIOGRAFIA

MELLO, Guiomar Namo de. Magistério de 1º Grau: Da competência técnica ao compromisso político. São Paulo, Cortez, 1985.

et alli. Educação e Transição Democrática. 3ª edição, Cortez, São Paulo, 1986.

MOREIRA, Antônio Flávio B. Currículos e Programas no Brasil: Formação e Trabalho Pedagógico. Papirus, 1990 (Coleção Magistério).

MURAMOTO, Helenice Maria Sbrogio. Supervisão da Escola, Para que te quero? (Uma proposta aos profissionais da educação na escola pública). Iglu, São Paulo, 1991.

NOGUEIRA, Martha Guanaes. Supervisão Educacional: A Questão Política. Loyola, São Paulo, 1989.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. A Formação dos Professores de 1º e 2º Graus. Cortez, São Paulo, 1987.

RODRIGUES, Neidson. Por Uma Nova Escola: O transitório e o permanente da educação. Cortez, São Paulo, 1987.

SILVA, Terezinha M. N. A Construção do Currículo na Sala de Aula: O professor como pesquisador. FPU, São Paulo, 1990.

VEIGA, Ilma Passos A. et alli. Escola Fundamental Currículo e Ensino. Papirus, Campinas - SP, 1991 (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico).

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Antônio Bussmann. Estágio Supervisionado e Relação Teoria - Prática. Texto Mimeografado;

CERVO, Amado Luis & Bervian, P.A. Metodologia Científica, São Paulo, Mc Graw Hill do Brasil Ltda, 1976;

GONÇALVES, Maria do Socorro & Silva, Maria José Marques. A Prática da Supervisão Educacional numa Secretaria de Educação. Monografia de Graduação - UFPB - Campus V, OUT/1993;

MEDEIROS, Luciene & Rosa, Solange. Supervisão Educacional: Possibilidades e Limites. Editora Cortez, São Paulo, 1987;

Monografias de Graduação - Períodos 92.1 e 93.1. UFPB - Campus V - Pedagogia - Supervisão Escolar;

MURAMOTO, Helenice Maria Sbrogio. Supervisão da Escola, Para quê te quero? (uma proposta aos profissionais da Educação na Escola Pública). Editora Iglu, São Paulo, 1991;

NOGUEIRA, Martha Guanaes. Supervisão Educacional, A questão política. São Paulo, Loyola, 1989. (Coleção Educar ¹¹).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO: PEDAGOGIA
PERÍODO: 93.2

"Planejamento Curricular: Uma proposta de
estudo com os Supervisores Educacionais
das cidades de Sousa e Cajazeiras".

CAJAZEIRAS PB

1994

MARIA ELZIMAR PINHEIRO

"Planejamento Curricular: Uma proposta de estudo com os Supervisores Educacionais das cidades de Sousa e Cajazeiras".

. Monografia apresentada a UFPB/CPP, na disciplina Estágio Supervisionado com a professora: Maria Alves de Sousa Lima, para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

ORIENTADORA: MARIA ALVES DE SOUZA LIMA

CAJAZEIRAS PB

1994

P E N S A M E N T O

"Que Deus nos dê forças para mudar as coisas que podem ser mudadas; serenidade para aceitar as coisas que não podem mudar; e sabedoria para perceber a diferença. Mas Deus nos dê, sobretudo, coragem para não desistir daquilo que pensamos estar certo..."

Chester W. Nimitz

A G R A D E C I M E N T O

- . Agradeço à DEUS pelos maiores dons que me foram dados: "A inteligência e a fé", sem os quais não tinha alcançado a luz no final do túnel.
- . À esses que me fizeram viver o hoje e acreditar no amanhã: meus pais e irmãos.
- . À professora e orientadora Maria Alves de Souza Lima, que acompanhou o cotidiano da minha proposta.

DEDICATÓRIA

"Dedico este trabalho àqueles
que comigo caminharam no pro-
cesso de construí-lo".

S U M Á R I O

1. APRESENTAÇÃO
2. MARCO TEÓRICO
 - 2.1. CONCEPÇÃO SOCIOLÓGICA DE CURRÍCULO
 - 2.2. CONCEPÇÃO PSICOLÓGICA DE CURRÍCULO
 - 2.3. CONCEPÇÃO FILOSÓFICA DE CURRÍCULO
 - 2.4. CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO
 - 2.5. ASPECTO LEGAL
3. MARCO OPERACIONAL
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS
5. ANEXOS
 - ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DO MARCO OPERACIONAL
 - ANEXO II - ANTE-PROJETO
6. BIBLIOGRAFIA

1. APRESENTAÇÃO